

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
--	----

Motivos de Reapresentação	58
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	575.928.712
Preferenciais	0
Total	575.928.712
Em Tesouraria	
Ordinárias	35.860
Preferenciais	0
Total	35.860

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.178.298	2.234.699
1.01	Ativo Circulante	437.841	455.660
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	45.387	65.254
1.01.01.01	Caixa e bancos	9	7
1.01.01.02	Aplicações financeiras	45.378	65.247
1.01.02	Aplicações Financeiras	165.779	163.353
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	165.779	163.353
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	165.779	163.353
1.01.03	Contas a Receber	200.073	200.402
1.01.03.01	Clientes	200.073	200.402
1.01.03.01.01	Valores a receber de cliente	140	117
1.01.03.01.02	Juros sobre o capital proprio e dividendos	17.112	17.113
1.01.03.01.05	Direitos de créditos autônomos	182.821	183.172
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.370	26.481
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.370	26.481
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	232	170
1.01.08.03	Outros	232	170
1.01.08.03.01	Outras contas	232	170
1.02	Ativo Não Circulante	1.740.457	1.779.039
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	669.027	679.806
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	41.150	41.725
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	41.150	41.725
1.02.01.03	Contas a Receber	623.930	634.261
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	623.930	634.261
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.947	3.820
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	3.947	3.820
1.02.02	Investimentos	1.071.236	1.099.017
1.02.02.01	Participações Societárias	1.071.236	1.099.017
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	51.009	52.611
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.020.227	1.046.406
1.02.03	Imobilizado	173	194
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	173	194
1.02.03.01.01	Imobilizado	173	194
1.02.04	Intangível	21	22
1.02.04.01	Intangíveis	21	22
1.02.04.01.02	Intangível	21	22

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.178.298	2.234.699
2.01	Passivo Circulante	106.657	113.336
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	764	702
2.01.01.01	Obrigações Sociais	165	166
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	165	166
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	599	536
2.01.02	Fornecedores	405	261
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	405	261
2.01.03	Obrigações Fiscais	55	1.417
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	50	1.416
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	50	1.416
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5	1
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	97.043	103.415
2.01.04.02	Debêntures	97.043	103.415
2.01.05	Outras Obrigações	8.390	7.541
2.01.05.02	Outros	8.390	7.541
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	8.390	7.541
2.02	Passivo Não Circulante	784.189	805.942
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	754.885	767.738
2.02.01.02	Debêntures	754.885	767.738
2.02.02	Outras Obrigações	2.160	2.160
2.02.02.02	Outros	2.160	2.160
2.02.02.02.03	Obrigações por Repasse	2.160	2.160
2.02.03	Tributos Diferidos	27.144	36.044
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.144	36.044
2.03	Patrimônio Líquido	1.287.452	1.315.421
2.03.01	Capital Social Realizado	1.052.152	1.052.152
2.03.04	Reservas de Lucros	203.831	213.084
2.03.04.01	Reserva Legal	33.814	33.814
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	170.022	179.275
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.469	50.185

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	31.974	32.440
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-49.388	-38.003
3.03	Resultado Bruto	-17.414	-5.563
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.720	5.383
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.563	-1.259
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8	512
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-165	6.130
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-19.134	-180
3.06	Resultado Financeiro	9.881	17.497
3.06.01	Receitas Financeiras	9.980	17.941
3.06.02	Despesas Financeiras	-99	-444
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-9.253	17.317
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-3.791
3.08.01	Corrente	0	-3.791
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.253	13.526
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.253	13.526
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,01606	0,02239

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.253	13.526
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-18.716	99.488
4.02.01	Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-26.180	150.740
4.02.03	Participação no resultado abrangente de coligada	-1.437	0
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	8.901	-51.252
4.03	Resultado Abrangente do Período	-27.969	113.014

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 31/03/2015	Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.549	51.745
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.374	15.777
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-9.253	13.526
6.01.01.02	Depreciação e amortização	15	12
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	-22	0
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	165	-6.130
6.01.01.10	Receitas com títulos e valores mobiliários	-510	-648
6.01.01.11	Provisão para imposto de renda e contribuição social	0	3.791
6.01.01.12	Despesas com provisão de férias, 13º sal. e encargos	59	207
6.01.01.14	Variação monetária líquida	16.360	4.437
6.01.01.15	Amortização de custo de transação	560	582
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	39.175	35.968
6.01.02.01	(Aumento)/diminuição de contas a receber (exceto juros sobre o capital próprio e dividendos)	-22	-69
6.01.02.02	(Aumento)/diminuição de juros sobre capital próprio e dividendos	0	-38
6.01.02.04	(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	111	-2.450
6.01.02.05	(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários	-1.851	-6.380
6.01.02.06	(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	-127	-24
6.01.02.07	(Aumento)/diminuição de outras contas	-62	-31
6.01.02.08	Aumento/(diminuição) de fornecedores	144	-133
6.01.02.09	Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	62	55
6.01.02.10	Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	-1.362	1.344
6.01.02.11	Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	849	-6.735
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-1.488
6.01.02.15	Recebimentos de créditos autônomos	41.433	51.917
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	480	1.348
6.02.01	Venda de ativo imobilizado	30	0
6.02.03	Aquisições de imobilizado/intangível	-15	0
6.02.04	Recebimentos de títulos e valores mobiliários	465	1.348
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-66.896	-57.789
6.03.02	Amortização de debêntures sêniores	-14.283	-50.894
6.03.04	Juros pagos das debêntures sêniores	-4.549	-6.895
6.03.06	Juros pagos das debêntures de 4ª emissão	-48.064	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.867	-4.696
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.254	113.589
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	45.387	108.893

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.052.152	33.809	179.275	0	50.185	1.315.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.052.152	33.809	179.275	0	50.185	1.315.421
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.253	-18.716	-27.969
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.253	0	-9.253
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-18.716	-18.716
5.05.02.07	Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-27.617	-27.617
5.05.02.08	Tributos s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	8.901	8.901
5.07	Saldos Finais	1.052.152	33.809	179.275	-9.253	31.469	1.287.452

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	870.743	0	0	0	0	870.743
5.04.01	Aumentos de Capital	1.647.758	0	0	0	0	1.647.758
5.04.09	Provisão para redução de capital - Convênios	-777.015	0	0	0	0	-777.015
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.526	99.488	113.014
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.526	0	13.526
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	99.488	99.488
5.05.02.07	Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	150.740	150.740
5.05.02.08	Tributos s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-51.252	-51.252
5.07	Saldos Finais	1.052.265	-5	30.590	13.526	170.525	1.266.901

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	32.086	33.104
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	66	161
7.01.02	Outras Receitas	32.020	32.943
7.01.02.01	Receitas de recuperações de créditos	1.261	570
7.01.02.02	Receitas de atualizações de créditos	30.751	31.861
7.01.02.03	Outras receitas	8	512
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-868	-653
7.02.04	Outros	-868	-653
7.02.04.01	Custos processuais	-42	-22
7.02.04.02	Serviços tomados de terceiros	-311	-205
7.02.04.03	Despesas administrativas	-515	-426
7.03	Valor Adicionado Bruto	31.218	32.451
7.04	Retenções	-15	-12
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15	-12
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	31.203	32.439
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.826	24.039
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-165	6.130
7.06.02	Receitas Financeiras	9.980	17.818
7.06.03	Outros	11	91
7.06.03.01	Receitas de participações acionárias	11	91
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	41.029	56.478
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	41.029	56.478
7.08.01	Pessoal	1.421	1.665
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.186	1.451
7.08.01.02	Benefícios	152	133
7.08.01.03	F.G.T.S.	83	81
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	405	3.921
7.08.02.01	Federais	400	3.904
7.08.02.02	Estaduais	2	3
7.08.02.03	Municipais	3	14
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.456	37.366
7.08.03.01	Juros	47.671	36.747
7.08.03.02	Aluguéis	11	11
7.08.03.03	Outras	774	608
7.08.03.03.01	Obrigações por repasse	675	164
7.08.03.03.02	Despesas financeiras	99	444
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-9.253	13.526
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-9.253	13.526

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.180.968	2.235.001
1.01	Ativo Circulante	485.732	498.329
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	45.387	65.254
1.01.01.01	Caixa e bancos	9	7
1.01.01.02	Aplicações financeiras	45.378	65.247
1.01.02	Aplicações Financeiras	205.155	197.757
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	205.155	197.757
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	205.155	197.757
1.01.03	Contas a Receber	195.124	195.454
1.01.03.01	Clientes	195.124	195.454
1.01.03.01.01	Valores a receber de clientes	91	69
1.01.03.01.02	Juros sobre capital próprio e dividendos	12.212	12.213
1.01.03.01.03	Direitos de créditos autônomos	182.821	183.172
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.539	28.045
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.539	28.045
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	28.539	28.045
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.527	11.819
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	11.286	11.649
1.01.08.01.01	Imóveis para venda	11.286	11.649
1.01.08.03	Outros	241	170
1.01.08.03.01	Outras contas	241	170
1.02	Ativo Não Circulante	1.695.236	1.736.672
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	669.027	679.806
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	41.150	41.725
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	41.150	41.725
1.02.01.03	Contas a Receber	623.930	634.261
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	623.930	634.261
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.947	3.820
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	3.947	3.820
1.02.02	Investimentos	1.026.014	1.056.650
1.02.02.01	Participações Societárias	1.026.014	1.056.650
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	5.787	10.244
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.020.227	1.046.406
1.02.03	Imobilizado	174	194
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	174	194
1.02.03.01.01	Imobilizado	174	194
1.02.04	Intangível	21	22
1.02.04.01	Intangíveis	21	22
1.02.04.01.02	Intangível	21	22

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.180.968	2.235.001
2.01	Passivo Circulante	109.327	113.638
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	860	710
2.01.01.01	Obrigações Sociais	165	174
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	165	174
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	695	536
2.01.02	Fornecedores	405	261
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	405	261
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.015	1.693
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	379	1.588
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	305	166
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	74	1.422
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	636	105
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	97.043	103.415
2.01.04.02	Debêntures	97.043	103.415
2.01.05	Outras Obrigações	8.542	7.559
2.01.05.02	Outros	8.542	7.559
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	8.542	7.559
2.01.06	Provisões	1.462	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.462	0
2.02	Passivo Não Circulante	784.189	805.942
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	754.885	767.738
2.02.01.02	Debêntures	754.885	767.738
2.02.02	Outras Obrigações	2.160	2.160
2.02.02.02	Outros	2.160	2.160
2.02.02.02.03	Obrigações por repasse	2.160	2.160
2.02.03	Tributos Diferidos	27.144	36.044
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.144	36.044
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.287.452	1.315.421
2.03.01	Capital Social Realizado	1.052.152	1.052.152
2.03.04	Reservas de Lucros	203.831	213.084
2.03.04.01	Reserva Legal	33.814	33.814
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	170.022	179.275
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.469	50.185

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	32.174	32.440
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-49.752	-38.003
3.03	Resultado Bruto	-17.578	-5.563
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.850	-933
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.837	-1.445
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8	512
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.021	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-22.428	-6.496
3.06	Resultado Financeiro	14.637	26.989
3.06.01	Receitas Financeiras	14.736	27.433
3.06.02	Despesas Financeiras	-99	-444
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.791	20.493
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.462	-6.967
3.08.01	Corrente	-1.462	-6.967
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.253	13.526
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-9.253	13.526
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-9.253	13.526
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01606	0,02239

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-9.253	13.526
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-18.716	99.488
4.02.01	Varição no valor justode ativos financeiros disponíveis para venda	-26.180	150.740
4.02.02	Participação no resultado abrangente de coligada	-1.437	0
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	8.901	-51.252
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-27.969	113.014
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-27.969	113.014

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.550	51.745
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.692	25.083
6.01.01.01	Lucro líquido do período	-9.253	13.526
6.01.01.02	Depreciação e amortização	15	12
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	-22	0
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	3.021	0
6.01.01.06	Receitas com títulos e valores mobiliários	-510	-648
6.01.01.07	Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.462	6.967
6.01.01.08	Despesas com provisão para férias, 13 sal. e encargos	59	207
6.01.01.09	Variação monetária líquida	16.360	4.437
6.01.01.10	Amortização de custo de transação	560	582
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	34.858	26.662
6.01.02.01	(Aumento)/diminuição de contas a receber (exceto juros sobre capital próprio e dividendos)	-22	-69
6.01.02.02	(Aumento)/diminuição de juros sobre capital próprio e dividendos	0	-38
6.01.02.03	(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	-495	-5.196
6.01.02.04	(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários	-6.823	-13.290
6.01.02.05	(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	-127	-24
6.01.02.06	(Aumento)/diminuição de outras contas	293	-31
6.01.02.07	Aumento/(diminuição) de fornecedores	145	-133
6.01.02.08	Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	149	58
6.01.02.09	Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	-678	1.691
6.01.02.10	Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	983	-6.735
6.01.02.12	Recebimentos de créditos autônomos	41.433	51.917
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-1.488
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	479	1.348
6.02.01	Venda de ativo imobilizado	30	0
6.02.03	Aquisições de imobilizado/intangível	-16	0
6.02.04	Recebimentos de títulos e valores mobiliários	465	1.348
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-66.896	-57.789
6.03.04	Amortização de debêntures sêniores	-14.283	-50.894
6.03.06	Juros pagos das debêntures sêniores	-4.549	-6.895
6.03.08	Juros pagos das debêntures 4ª emissão	-48.064	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.867	-4.696
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.254	113.589
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	45.387	108.893

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.052.152	33.809	179.275	0	50.185	1.315.421	0	1.315.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.052.152	33.809	179.275	0	50.185	1.315.421	0	1.315.421
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.253	-18.716	-27.969	0	-27.969
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.253	0	-9.253	0	-9.253
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-18.716	-18.716	0	-18.716
5.05.02.07	Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-27.617	-27.617	0	-27.617
5.05.02.08	Tributos s/varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	8.901	8.901	0	8.901
5.07	Saldos Finais	1.052.152	33.809	179.275	-9.253	31.469	1.287.452	0	1.287.452

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144	0	283.144
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144	0	283.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	870.743	0	0	0	0	870.743	0	870.743
5.04.01	Aumentos de Capital	1.647.758	0	0	0	0	1.647.758	0	1.647.758
5.04.08	Provisão para redução de capital - Convênios	-777.015	0	0	0	0	-777.015	0	-777.015
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.526	99.488	113.014	0	113.014
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.526	0	13.526	0	13.526
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	99.488	99.488	0	99.488
5.05.02.06	Varição no valor justo dos ativo financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	150.740	150.740	0	150.740
5.05.02.07	Tributos s/varição no valor justo dos ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	-51.252	-51.252	0	-51.252
5.07	Saldos Finais	1.052.265	-5	30.590	13.526	170.525	1.266.901	0	1.266.901

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	32.306	33.104
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	286	161
7.01.02	Outras Receitas	32.020	32.943
7.01.02.01	Receitas de recuperações de créditos	1.261	570
7.01.02.02	Receitas de atualizações de créditos	30.751	31.861
7.01.02.03	Outras receitas	8	512
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.414	-799
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-364	0
7.02.04	Outros	-1.050	-799
7.02.04.01	Custos processuais	-42	-22
7.02.04.02	Serviços tomados de terceiros	-311	-205
7.02.04.03	Despesas administrativas	-697	-572
7.03	Valor Adicionado Bruto	30.892	32.305
7.04	Retenções	-15	-12
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15	-12
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	30.877	32.293
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.726	27.401
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.021	0
7.06.02	Receitas Financeiras	14.736	27.310
7.06.03	Outros	11	91
7.06.03.01	Receitas de participações acionárias	11	91
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	42.603	59.694
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	42.603	59.694
7.08.01	Pessoal	1.498	1.705
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.257	1.491
7.08.01.02	Benefícios	152	133
7.08.01.03	F.G.T.S.	89	81
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.902	7.097
7.08.02.01	Federais	1.897	7.080
7.08.02.02	Estaduais	2	3
7.08.02.03	Municipais	3	14
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.456	37.366
7.08.03.01	Juros	560	36.747
7.08.03.02	Aluguéis	11	11
7.08.03.03	Outras	47.885	608
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	47.210	444
7.08.03.03.02	Obrigações por repasse	675	164
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-9.253	13.526
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-9.253	13.526

Co

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º Trimestre 2015 | consolidado



1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Gestão de Ativos

Em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, a Companhia arrecadou no período findo em 31 de março de 2015 o montante de R\$1.261 mil, superior em 121% ao mesmo período de 2014, quando a arrecadação totalizou R\$570 mil.

Mediante contrato celebrado com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua também na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da Minascaixa e da privatização dos Bancos Bemge e Credireal. No período, a MGI arrecadou e repassou à SEF o montante de R\$2.157 mil provenientes da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Esse valor superou em 215% o apurado no mesmo período de 2014, quando totalizou R\$685 mil.

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e da baixa liquidez dos imóveis, a MGI considera relevantes os valores conquistados.

Direitos de Crédito Autônomos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um saldo de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$817.433 mil. No primeiro trimestre de 2015, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$30.751 mil, enquanto os valores recebidos no trimestre totalizaram R\$41.433 mil (R\$51.917 mil no primeiro trimestre de 2014). Desta forma, em 31 de março de 2015 a carteira possui um saldo de R\$806.751 mil a receber. Neste valor está refletido o efeito do valor justo no reconhecimento inicial.

Debêntures

A Companhia vem cumprindo rigorosamente seus prazos de pagamento da remuneração e da amortização das Debêntures emitidas (segunda, terceira e quarta emissões), conforme previsto nas respectivas Escrituras de Emissão.

No primeiro trimestre de 2015, a MGI efetuou os seguintes pagamentos aos debenturistas:

	Pagamentos Efetuados (em R\$ mil)		
	Juros	Principal	Total Pago
2ª emissão	-	-	-
3ª emissão	4.549	13.834	18.383
4ª emissão	48.064	-	48.064
Total	52.613	13.834	66.447

A terceira emissão de debêntures paga juros e amortização mensais, enquanto a quarta emissão paga juros semestrais e possui carência de amortização, sendo a primeira parcela devida em julho de 2016. A segunda emissão de debêntures subordinadas, totalmente subscrita pelo Estado de Minas Gerais, possui vencimento em 2022 e sua quitação pode ocorrer mediante dação em pagamento de

Co

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1º Trimestre 2015 | consolidado

parte ou totalidade do saldo da carteira de direitos de crédito autônomos. Existe a possibilidade de ocorrerem amortizações extraordinárias conforme disponibilidade de recursos, porém no período findo em 31 de março de 2015 não ocorreu amortização.

A Companhia contabilizou, a título de variação monetária passiva relativa às três emissões acima mencionadas, o montante de R\$47.111 mil, superior em 30% ao apurado no mesmo período de 2014, sendo que, naquele período, a Companhia ainda não havia realizado sua quarta emissão.

A MGI possui, em 31 de março de 2014, um saldo de R\$71.219 mil a pagar, considerados os efeitos do valor justo, relativo às debêntures subordinadas (segunda emissão), R\$116.584 mil referentes às debêntures da terceira emissão e R\$664.125 mil em relação às debêntures da quarta emissão, totalizando R\$754.885 mil.

Participações Acionárias

A Companhia possui participação acionária na Helibrás, Cemig, Copasa e empresas do grupo Gerdau.

Esses investimentos proporcionaram receitas de juros sobre capital próprio no montante de R\$11 mil no período. Essas receitas foram inferiores em 89% às auferidas em igual período do ano anterior, quando somaram R\$101 mil.

Da participação na Helibrás, a Companhia obteve um resultado negativo de R\$3.021 mil em equivalência patrimonial. No mesmo período de 2014, a equivalência patrimonial relativa ao investimento na Helibrás foi nula, pois no período o investimento possuía valor zero, em virtude do patrimônio líquido da coligada apresentar-se negativo.

Convênios

Durante o primeiro trimestre de 2015, a Companhia deu continuidade ao seu programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais.

Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia repassou aos municípios o montante de R\$1.006.230 mil destinado a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias. Os recursos repassados se originam de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador Estado de Minas Gerais.

No primeiro trimestre não ocorreram novos pagamentos, mas o período foi marcado pelas atividades relacionadas ao acompanhamento e controle da prestação de contas realizada pelos convenientes que já se encontram em fase de encerramento de convênio. A Companhia recuperou no período o montante de R\$934 mil a título de prestação de contas.

Subsidiária Integral

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso

Co

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º Trimestre 2015 | consolidado



assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos.

No primeiro trimestre de 2015, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$60.876 mil. No mesmo período do ano anterior, foi pago R\$57.042 mil.

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido no período uma receita de R\$ 220 mil com a venda de 07 imóveis por meio de concorrência pública e venda direta.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

No período encerrado em 31 de março de 2015, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$32.174 mil, 1% inferior ao mesmo período de 2014, quando alcançou R\$32.440 mil.

A receita mais expressiva no período foi a variação monetária ativa, proveniente da carteira de direitos de crédito autônomos, que alcançou R\$ 30.751 mil no período, representando 96% da Receita Operacional Líquida. No mesmo período de 2014, essa receita totalizou R\$31.729 mil, havendo, portanto, uma redução de 3% em 2015. A diminuição é justificada pela redução da carteira em decorrência das parcelas já recebidas.



Custo Operacional

O custo operacional totalizou R\$49.752 mil no período, superior em 30,92% a igual período do ano anterior, quando atingiu R\$38.003 mil.

Co

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º Trimestre 2015 | consolidado



O custo mais expressivo é composto pelos juros sobre as debêntures, que totalizou R\$47.111 mil no período, representando 95% do custo total. Este custo apresentou crescimento de 30% em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude dos seguintes fatores:

- Quarta emissão de debêntures, realizada em maio de 2014;
- Aumento da taxa de juros, que interfere diretamente no custo financeiro das debêntures, que possuem remuneração indexada à taxa DI.

Os demais custos são pouco representativos e tiveram baixa variação em comparação com o mesmo período do ano anterior.



Resultado Operacional

No período findo em 31 de março de 2015, o custo operacional foi superior às receitas operacionais, gerando um resultado negativo de R\$17.578 mil, enquanto no mesmo período do ano anterior o resultado, também negativo, foi de R\$5.563 mil.

O principal fator que provocou o prejuízo operacional neste período foi o expressivo aumento do custo com juros sobre debêntures, conforme mencionado no item anterior.

É importante ressaltar, entretanto, que o primeiro trimestre normalmente propicia fraco desempenho para a Companhia, visto que uma das suas principais fontes de receitas operacionais é o recebimento de juros sobre capital próprio e dividendos de Companhias nas quais possui participação acionária, que são distribuídos majoritariamente a partir do segundo trimestre.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reduziu em 46%, de R\$26.989 mil no primeiro trimestre de 2014 para R\$14.638 mil no mesmo período de 2015.

Co

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º Trimestre 2015 | consolidado



Os resultados foram alcançados por meio de criterioso controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras junto às maiores instituições nacionais de primeira linha, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos (taxa de adm.). A redução se deu pela diminuição do montante aplicado.

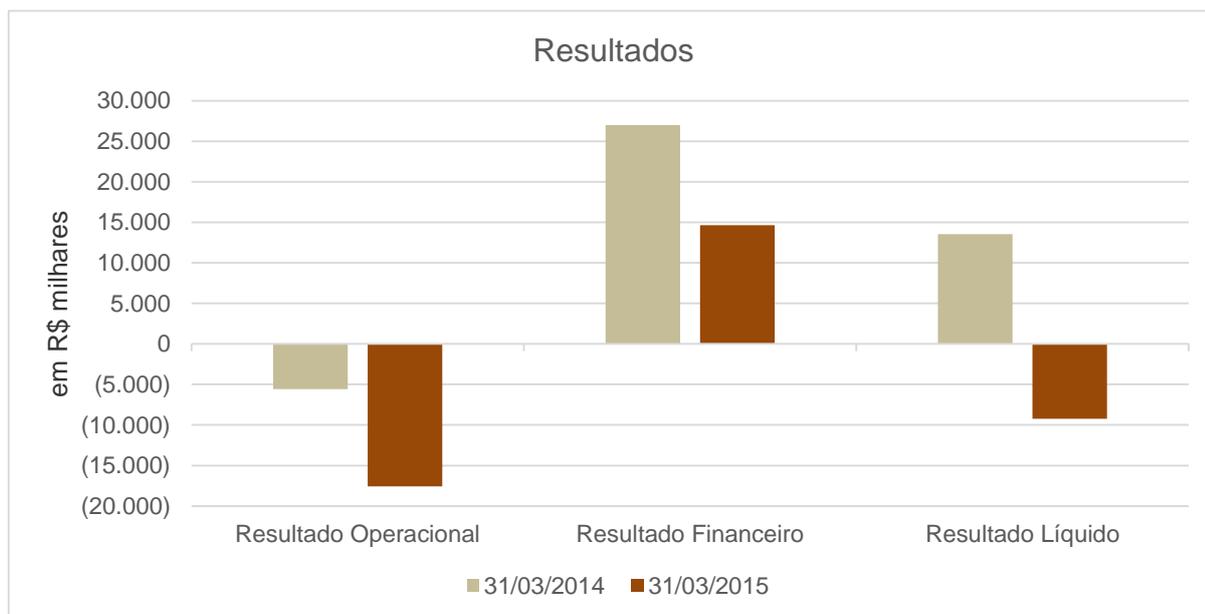
Importante destacar a significativa contribuição da subsidiária EMIP, que participou deste resultado com 32% das receitas financeiras.

Resultado Líquido

A Companhia apresentou prejuízo líquido R\$9.253 mil no período, enquanto no mesmo período do ano anterior apresentou lucro líquido de R\$13.526 mil.

Conforme mencionado anteriormente, a comparação dos dois períodos revela um crescimento expressivo do custo operacional, em virtude do aumento dos juros sobre debêntures, enquanto a receita apresentou uma pequena redução.

A Companhia possui expectativa de melhor resultado no próximo trimestre, sobretudo em virtude da previsão de receitas provenientes de suas participações acionárias.



3. ACESSO A INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar a informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, estados, municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam a pedidos de informações dos cidadãos.

Co

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1º Trimestre 2015 | consolidado

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012 o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, como vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br. Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links “Debêntures, Concursos, Editais, Institucionais, Transparência e Conselho de Ética”, de forma objetiva, linguagem acessível e agrupada no mesmo espaço, informações sobre a gestão administrativa, orçamentária e financeira, além dos resultados da atuação da Diretoria Executiva.

Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu “Fale Conosco” – onde já era possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

4. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução MGI nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/05/2012.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresa Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014 a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado e jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e ainda no Portal de notícias com página na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico www.mgipart.com.br.

Co

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1º Trimestre 2015 | consolidado**5. AUDITORIA INDEPENDENTE**

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2015

A Administração

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”).

Os principais objetivos da Companhia são:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens, não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros), aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e

Notas Explicativas



entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Contexto operacional da subsidiária integral

Em conformidade com a Lei Estadual n.º 19.968, de 26/12/2011, a MGI constituiu uma subsidiária integral denominada EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as parcerias público-privadas (PPP), elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e PPP, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. possui 100% do capital social da referida Empresa em 31 de março de 2015.

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

As receitas decorrentes da recuperação de operações de crédito (créditos em liquidação) adquiridos pela Companhia junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, mediante contrato de cessão de créditos, totalizaram, nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 as importâncias de R\$ 1.261 e R\$ 570, respectivamente (veja nota 17).

Por força do contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre.

Conforme autorizado pela Lei Estadual n.º 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” – vide nota 6 c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$ 806.751, em 31 de março de 2015, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência. (veja nota 6.c)

De forma a adquirir recursos para a aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos, a Companhia realizou a segunda Emissão de Debêntures Subordinadas no montante de R\$1.819.000 (“Debentures

Notas Explicativas



Subordinadas”), totalmente subscrita pelo EMG em pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos, e como forma de captação de recursos para amortizá-las, realizou a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”) com terceiros, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em série única, no montante de R\$ 316.000 (vide nota 12), cujo recebimento líquido foi utilizado para amortização das Debêntures Subordinadas.

Em 27 de maio de 2014, a Companhia realizou a sua 4ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009.

O total da emissão correspondeu a 650 debêntures, no valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$650.000. O prazo de seu vencimento é de 218 meses, contados da data de emissão, carência de 24 meses para amortização do principal, devendo ocorrer, semestralmente a partir de julho/2016. A remuneração será semestral, a partir de julho de 2014. (vide nota 12)

A garantia das debêntures emitidas é de 69.000.000 de ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG, de titularidade da MGI. O pagamento das obrigações assumidas pela MGI na Escritura de Emissão será garantido pela alienação ou cessão fiduciária, conforme aplicável, dos direitos econômicos relativos às ações alienadas fiduciariamente dos proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações), e pela cessão fiduciária da conta vinculada, na qual a totalidade dos proventos inerentes ao objeto do contrato de garantia será depositado.

2 Políticas contábeis

Base de Preparação

As demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com a com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Essas Informações Contábeis Intermediárias são aplicáveis à elaboração das ITRs, seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis.

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 14 de maio de 2015.

Consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

Notas Explicativas



A Companhia incluída nas demonstrações financeiras consolidadas é a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, conforme detalhado na nota explicativa 1.

Na elaboração das informações intermediárias consolidadas foram utilizadas as informações intermediárias individuais da subsidiária integral (EMIP) na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Controladora.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados da empresa incluída na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

3 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurados na data de apresentação das informações financeiras e se não há cotação de mercado, através de uma técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados utilizando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (veja nota 21. o).

b. Direitos de Créditos Autônomos

Os valores justos no reconhecimento inicial dos Direitos de créditos autônomos são estimados usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. O valor justo é determinado na data de reconhecimento inicial. Vide detalhes das premissas utilizadas na nota explicativa 21.n.

c. Debêntures Subordinadas

Para apuração do valor justo no reconhecimento inicial das Debêntures Subordinadas, foram adotadas as mesmas premissas utilizadas para mensurar o valor justo do contrato de cessão de Direitos de Créditos Autônomos, tendo em vista que as Debêntures Subordinadas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao EMG dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos de Créditos Autônomos.

A Companhia tem uma opção de resgate antecipado das Debêntures Subordinadas, que caso optasse por exercer, consistiria no pagamento ao Debenturista Subordinado (EMG) um Prêmio correspondente à diferença entre os saldos dos Direitos de Créditos Autônomos e o saldo do valor das Debêntures Subordinadas. Esta opção representa um instrumento financeiro principal, cuja opção de resgate antecipado do contrato de dívida não está relacionada ao contrato principal, uma vez que o preço de exercício da opção não é aproximadamente igual em cada data de exercício ao custo amortizado do instrumento de dívida, principalmente em função dos seguintes aspectos:

Notas Explicativas

- O preço de exercício da opção prevê explicitamente um prêmio acima do valor nominal da dívida;
- O custo amortizado da dívida é esperado ser menor do que o valor nominal dos Direitos de Créditos Autônomos em função da atualização ser de 85% da taxa livre de risco (“CDI”); e
- Uma vez que a opção de resgate envolve a entrega de direitos aos fluxos de caixa dos Direitos de Créditos Autônomos, o preço da opção está atrelado ao valor desses direitos.

A Companhia assumiu um passivo cujo vencimento será na data de 24 de Julho de 2022. Com base nestas características, a opção deve ser contabilizada separadamente no reconhecimento inicial pelo valor justo. Desta forma, a mensuração do valor justo do instrumento financeiro é atrelada à probabilidade da Companhia exercer a opção, o valor justo no reconhecimento inicial se aproxima de zero.

d. Debêntures Seniores

Em função do processo de coleta de propostas - “bookbuilding” - cuja contratação ocorreu com partes não relacionadas, o montante de R\$316.000 foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial das Debêntures Seniores.

e. Debêntures de 4ª Emissão

As debentures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$ 650.000 foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	9	7	9	7
Aplicações financeiras	45.378	65.247	45.378	65.247
	45.387	65.254	45.387	65.254

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

Notas Explicativas



5 Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Arcelor Mittal	a.	2.625	4.114	2.625	4.114
TDA	b.	-	154	-	154
Aplicações financeiras	c.	12.720	30.136	52.096	64.540
Aplicações financeiras vinculadas	d.	150.434	128.949	150.434	128.949
Circulante		165.779	163.353	205.155	197.757
Arcelor Mittal	a.	5.480	5.044	5.480	5.044
Aplicações financeiras vinculadas	d.	35.670	36.681	35.670	36.681
Não Circulante		41.150	41.725	41.150	41.725
TOTAL		206.929	205.078	246.305	239.482

Os títulos e valores mobiliários, da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento, e referem-se a:

- a. 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A. (incorporada pela Arcelor Mittal) atualizadas por IGP-M, com pagamento de parcelas semestrais, cuja última parcela vencerá em 30 de dezembro de 2017.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia é detentora de títulos de créditos (créditos em liquidação) adquiridos por valores simbólicos, dado que tais créditos se encontravam totalmente provisionados nas respectivas instituições financeiras, portanto, reconhecidos com valores justos no momento inicial.

- b. 6.219 Títulos da Dívida Agrária – TDAE, recebidos em agosto/2010, por conta de liquidação de dívida, atualizados pela TR + 6% a.a., com resgate de juros em 1º de março de 2011 e resgate do principal e juros em quatro parcelas anuais a partir de 1º de março de 2012. A última parcela foi recebida em 02 de março de 2015.
- c. Valor referente ao rendimento de aplicação financeira da Companhia vinculada aos saldos das contas correntes destinadas aos pagamentos de convênios e das contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais (EMG);
- d. Parte das aplicações financeiras e os saldos das contas correntes estão vinculados aos pagamentos das debêntures da segunda, terceira e quarta emissões. Tais contas foram abertas com a finalidade de atender à estrutura da operação prevista nas escrituras das referidas emissões de modo que sejam satisfeitos os saldos mínimos das contas correntes, calculados estes pelo Agente Fiduciário da terceira emissão em função das seis parcelas de amortização e remuneração vincendas em cada data de verificação, dosando assim a liberação de recursos dos recebimentos dos Direitos de Créditos Autônomos para uma conta de Livre Movimentação. Atendidos os saldos mínimos e demais garantias escriturais (Índice de Garantia e Índice de Cobertura – vide nota explicativa 12), o agente fiduciário da terceira emissão autoriza a liberação de recursos para a conta de Livre Movimentação na qual 90% de seu saldo serão compulsoriamente destinados ao pagamento de amortização e remuneração da segunda emissão de debêntures subordinadas. Em 27 de maio de 2014, a Companhia realizou a sua 4ª Emissão de Debêntures Simples (Vide nota 1), com a finalidade de destinar os recursos captados na execução de programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG.

Notas Explicativas



6 Contas a receber de clientes e outros créditos

		Controladora		Consolidado	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
JCP/Dividendos a receber	a.	17.112	17.113	12.212	12.213
Valores a receber de clientes	b.	76	54	76	54
Créditos a recuperar		15	15	15	15
Direitos de Créditos Autônomos	c.	182.821	183.172	182.821	183.172
Outras contas a receber		49	48	-	-
Circulante		200.073	200.402	195.124	195.454
Direitos de Créditos Autônomos	c.	623.930	634.261	623.930	634.261
Créditos a receber - Goes Cohabita	d.	5.105	5.105	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d.	(5.105)	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Não Circulante		623.930	634.261	623.930	634.261
Total a receber de todos os créditos		824.003	834.663	819.054	829.715

- a. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem preponderantemente de investimentos da Companhia, em participação acionária, na Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Grande parte deles está alienado fiduciariamente, como garantias reais das obrigações assumidas na Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples. (vide nota 1).
- b. A Companhia possui com o EMG contrato de prestação de serviços firmado junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”).
- c. Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012 a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Créditos Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10. Tais créditos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais vigentes e correspondem a uma taxa entre Selic e 1% ao mês.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos à Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (vide nota explicativa 13).

Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de março de 2015.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado					
	saldo em 31/12/2014	Movimentação	Atualização	Recebimentos	saldo em 31/03/2015
Circulante	183.172	37.622	3.460	(41.433)	182.821
Não Circulante	634.261	(37.622)	27.291	-	623.930
Totais	817.433	-	30.751	(41.433)	806.751

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e análise de sensibilidade para ativos e

Notas Explicativas

passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 21.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS

CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos mas não rompidos	8.117
Até 12 meses	174.704
de 12 a 24 meses	143.002
de 24 a 36 meses	127.574
de 36 a 48 meses	118.464
de 48 a 60 meses	115.800
Após 60 meses	231.394
Total do valor nominal atualizado	<u>919.055</u>
Direitos Creditórios Rompidos (1)	<u>622.413</u>
Efeito do Valor Justo no reconhecimento inicial (2)	<u>(734.717)</u>
Total	<u>806.751</u>

(1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas do parcelamento.

(2) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, que teve como contrapartida o saldo das Debêntures Subordinadas no passivo não circulante tendo em vista que estas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao EMG dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos de Créditos Autônomos, após a amortização das Debêntures Seniores.

- d. A Companhia possui créditos ajuizados decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. em março de 1989, por ocasião da alienação da participação acionária no Banco Agrimisa S.A. Em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em 20 de junho de 2002 pela provisão da perda total do crédito, cenário este que permanece inalterado.

7 Tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Tributos a recuperar de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	a. 25.590	3.530	26.297	3.530
Imposto de Renda e Contribuição Social - estimativa	b. -	5.349	1.462	5.349
Tributos retidos	c. 767	17.601	767	19.165
Outros Tributos a Recuperar	13	1	13	1
Total	<u>26.370</u>	<u>26.481</u>	<u>28.539</u>	<u>28.045</u>

7.1 – Tributos a recuperar

- a. Refere-se ao pagamento a maior de Pis, Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme legislação vigente. O saldo remanescente será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

Notas Explicativas



7.2 – Tributos estimados

- b. A Companhia e sua subsidiária integral – EMIP, optaram pelo pagamento por estimativa de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício de 2015, devendo apurar o Lucro real em dezembro de 2015.
- c. Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras, recebimento de Debêntures e JSCP.

8 Depósitos judiciais

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Cível	a. 3.364	3.237	3.364	3.237
Tributária	583	583	583	583
Total	3.947	3.820	3.947	3.820

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras *on-line*”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência;

Contingências não provisionadas

O principal processo da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil. A Subsidiária não possui processos judiciais.

- Processo em trâmite contra a Companhia na 5ª Vara da Fazenda Estadual - Belo Horizonte cujo objeto é a anulação do contrato de compra e venda por meio do qual a Companhia transferiu à Góes Cohabita Participações Ltda. ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A., além de contrato de mútuo celebrado em cobertura ao aporte de recursos efetuado pela Companhia ao Banco. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (veja nota 6. d). Esse processo está em trâmite desde 1990 e o valor atualizado da causa é de aproximadamente R\$43.431. Em conexão com esse processo existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$3.518. Valores atualizados pela taxa Selic até a data dessas informações trimestrais. Não efetuamos a provisão para perda desses saldos visto que a Companhia entende que o risco de perda é considerado possível.

9 Investimentos em Coligada e Controlada

A Companhia possui participação acionária na Helibrás correspondente a 12,45% do Capital Social e 25% do Capital votante. Essa participação encontra-se classificada como investimento em coligada em conformidade com CPC 18 e art. 243 da Lei 6.404/76 (redação dada pela Lei 11.941/09), uma vez que a Companhia detém 25% de ações ordinárias com direito a voto e possui representante no Conselho de Administração.

A Companhia possui uma subsidiária integral denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., o quadro abaixo apresenta a relação de pagamentos de contraprestações efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados.

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Parcerias Público-Privadas	31/12/2014	movimentação	31/03/2015
	saldo inicial	adições	saldo final
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	136.809	34.390	171.199
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	81.658	20.173	101.831
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	21.341	6.313	27.654
	239.808	60.876	300.684

9.1 – Divulgação do Investimento na EMIP

- (i) A EMIP foi constituída inicialmente com um capital social de R\$533.274, totalmente subscrito e integralizado pela MGI. Em 2013, parte do seu capital, correspondente a R\$530.516, foi reclassificado para “Obrigações por Repasses” tendo esses recursos a destinação de realizar os pagamentos das contraprestações, efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados, das Parcerias Público-Privadas – Minas Arena, Gestores Prisionais Associados e Minas Cidadão Centrais de Atendimento.

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos, conforme CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme apresentado. No quadro abaixo segue o sumário da operação.

	31/03/2015	ajuste	31/03/2015 divulgado		31/03/2015	ajuste	31/03/2015 divulgado
ATIVO				PASSIVO			
Titulos e valores mobiliários	145.732	(106.356)	39.376	Proventos e encargos a recolher	96	-	96
Tributos a recuperar	707	-	707	JSCP e Dividendos a pagar	4.900	-	4.900
Tributos estimados	1.462	-	1.462	Provisão de IR/CS a pagar	1.462	-	1.462
Ativos mantidos para venda	11.286	-	11.286	Tributos a recolher	960	-	960
Contas a receber	9	-	9	Fornecedores a pagar	49	-	49
				Outras contas a pagar	152	-	152
Total do ativo circulante	159.196	(106.356)	52.840	Total do PC	7.619	-	7.619
Contas a receber de clientes - EMG	300.684	(300.684)	-	Obrigações por repasse - PPP	407.040	(407.040)	-
Imobilizado	1	-	1				
Total do ativo não circulante	300.685	(300.684)	1	Total do PNC	407.040	(407.040)	-
				Total do passivo	414.659	(407.040)	7.619
				Patrimônio líquido			
				Capital social	433.065	-	433.065
				Reclassif. Obrig. por repasses PPP	(407.040)	-	(407.040)
				Reserva de lucros	16.341	-	16.341
				Resultado	2.856	-	2.856
				Total do PL	45.222	-	45.222
Total do Ativo	459.881	(407.040)	52.841	Total do Passivo e PL	459.881	(407.040)	52.841

9.2 – Impacto no Investimento da MGI

Com base nos itens acima mencionados, o investimento da MGI sobre a EMIP deve ser apresentado da seguinte forma:

Notas Explicativas

MGI

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

	Controladora				Controladora		
	31/03/2015	ajuste	31/03/2015 divulgado		31/03/2015	ajuste	31/03/2015 divulgado
ATIVO				PASSIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	45.387	-	45.387	Fornec. outras ctas a pg	405	-	405
Titulos e valores mobiliários	165.779	-	165.779	Salários encargos sociais	764	-	764
Ctas a rec de clientes e outros créd.	200.073	-	200.073	Tributos a recolher	55	-	55
Tributos	26.370	-	26.370	Obrigações por repasse	8.390	-	8.390
Imóveis para venda	-	-	-	Provisão IR/CS	-	-	-
Outras contas	232	-	232	Debêntures	97.043	-	97.043
Total do ativo circulante	437.841	-	437.841	Total do PC	106.657	-	106.657
Titulos e valores mobiliários	41.150	-	41.150	Debêntures	754.885	-	754.885
Depósitos judiciais	3.947	-	3.947	Obrigações por repasse	409.200	(407.040)	2.160
Ctas a rec de clientes e outros créd.	623.930	-	623.930	Passivo fiscal diferido	27.144	-	27.144
Investimentos em coligada	458.049	(407.040)	51.009	Total do PNC	1.191.229	(407.040)	784.189
Outros investimentos	1.020.227	-	1.020.227	Total do passivo	1.297.886	(407.040)	890.846
Imobilizado	173	-	173	Patrimônio líquido			
Intangível	21	-	21	Capital social	2.544.816	-	2.544.816
Total do ativo não circulante	2.147.497	(407.040)	1.740.457	Reclassif. Obrig. por repasses			
				PPP	(407.040)	-	(407.040)
				Reclassif. Obrig. por repasses			
				Convênios	(1.085.624)	-	(1.085.624)
				Reserva de lucros	203.831	-	203.831
				Aj. Aval. patrimonial	31.469	-	31.469
				Total do PL	1.287.452	-	1.287.452
				Total do passivo e PL	2.585.338	(407.040)	2.178.298
Total do ativo	2.585.338	(407.040)	2.178.298				

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da MGI não afetam o Capital Social e a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém sobre a MGI. Os mesmos foram realizados para atendimento as normas contábeis brasileiras.

Mutação dos investimentos:

	Controladora		
	Helibrás	EMIP	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.244	42.367	52.611
Participação no resultado abrangente da coligada	(1.437)	-	(1.437)
Equivalência patrimonial	(3.020)	2.855	(165)
Saldos em 31 de março de 2015	5.787	45.222	51.009

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras da coligada/controlada:

Notas Explicativas



	Controladora			
	31/03/2015		31/12/2014	
	Helibras	Emip	Helibras	Emip
Ativo circulante	914.547	159.197	934.977	214.849
Ativo não circulante	347.517	300.684	289.569	239.808
Total do Ativo	1.262.064	459.881	1.224.546	454.657
Passivo circulante	881.350	7.619	558.861	5.251
Passivo não circulante	334.245	407.040	583.415	407.040
Patrimônio Líquido	46.469	45.222	82.270	42.366
Total do passivo e patrimônio líquido	1.262.064	459.881	1.224.546	454.657
Capital social	28.624	26.025	28.624	26.025
Receita financeira líquida	6.758	4.756	(30.507)	31.798
Receita líquida	69.195	200	671.303	-
Resultado do período/exercício	(24.384)	2.856	(20.989)	20.631

10 Outros investimentos

		Controladora e Consolidado	
		31/03/2015	31/12/2014
Participações ao valor justo	a.	1.010.293	1.036.472
Participações ao custo de aquisição	b.	9.934	9.934
TOTAL		1.020.227	1.046.406

a. Participações ao valor justo

Os valores justos dos investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais em 31 de março de 2015 estão representados por 78.582.845 ações preferenciais da Cemig e 154.640 ações ordinárias da Copasa e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das informações trimestrais, classificados no nível 1 – mercado ativo – preço cotado (veja nota 21.o).

a.1 Segregação das ações da CEMIG

- a. Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais, totalizando R\$870.743. Conforme mencionado na nota 16, com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes a MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferencias, para a emissão de 650 debentures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1). Neste 1º trimestre, a Companhia efetuou o aporte no valor de R\$ 60.000 como reforço voluntário de garantia visando assegurar o Índice de Cobertura. Esse IC está destacado conforme nota 12 - iii.

	Quantidade de ações	
	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
CEMIG - bloqueadas	78.582.845	78.582.845
CEMIG - livres	-	-
TOTAL	78.582.845	78.582.845

Notas Explicativas

Os investimentos em instrumentos patrimoniais apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado		
	Cemig	Copasa	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.032.579	3.893	1.036.472
Varição nos investimentos	(25.146)	(1.033)	(26.179)
Saldos em 31 de março de 2015	1.007.433	2.860	1.010.293

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Os investimentos em títulos e valores patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, conforme nota explicativa 21.o.

b. Participações ao custo de aquisição

Os investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais abaixo foram mensurados pelo valor de custo dada a inexistência de informações disponíveis e confiáveis sobre os valores justos dos ativos.

Esses investimentos estão representados por grande parte de 71.195 ações preferenciais e 45 ações ordinárias de cada uma das Companhias listadas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Gerdau Açominas S.A.	4.376	4.376
Gerdau Aços Longos S.A.	4.000	4.000
Gerdau América Latina Participações S.A.	876	876
Gerdau Aços Especiais S.A.	574	574
Outros	108	108
TOTAIS	9.934	9.934

11 Imobilizado

Movimentação dos saldos líquidos de depreciação e amortização:

	Controladora					Consolidado				
	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/03/2015	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/03/2015
Máquinas e equipamentos	7	-	-	-	7	7	-	-	-	7
Instalações comerciais	27	-	-	-	27	27	-	-	-	27
Móveis e utensílios	17	-	-	(5)	12	17	-	-	(5)	12
Veículos	23	-	(51)	28	-	23	-	(51)	28	-
Computadores e periféricos	120	15	-	(8)	127	120	16	-	(8)	128
Total do imobilizado	194	15	(51)	15	173	194	16	(51)	15	174

Notas Explicativas



12 Debêntures

Em 24 de Julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada – segunda emissão – no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI, com a sua totalidade subscrita pelo EMG, dívida emitida para aquisição dos Direitos de Créditos Autônomos cedidos a Companhia.

Conforme nota explicativa 1, em 30 de agosto de 2012, foram emitidas 31.600 debêntures simples terceira emissão, no valor total de R\$ 316.000 não conversíveis em ações, remuneradas pela taxa DI + 3,25% a.a., com pagamento mensal dos juros e carência de seis meses para início das amortizações, estas a ocorrer a partir de 30 de março de 2013 em cinquenta e quatro parcelas mensais consecutivas, tendo como garantia real os Direitos de Créditos Autônomos. A integralização e subscrição ocorreram em 10 de setembro de 2012 pelo total de R\$ 316.777, sendo a diferença atribuída à correção pelos mesmos parâmetros de remuneração, desde a emissão até a data de integralização.

As amortizações e juros vencidos até o término do exercício seguinte estão classificados no passivo circulante e os demais no passivo não circulante, conforme demonstrado abaixo:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO						
Tipo	Saldo em 31/12/2014	Movimentação	Atualização	Amortização juros	Amortização principal	Saldo em 31/03/2015
Debêntures Subordinadas (i)						
Passivo circulante	5.498	-	18.738	-	-	24.236
Passivo não circulante	781.700	-	-	-	-	781.700
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial	(734.717)	-	-	-	-	(734.717)
Total	52.481	-	18.738	-	-	71.219
Debêntures Seniores (ii)						
Passivo circulante	53.029	12.954	4.549	(4.549)	(13.825)	52.158
Passivo não circulante	77.380	(12.954)	-	-	-	64.426
Total	130.409	-	4.549	(4.549)	(13.825)	116.584
Debêntures 4ª emissão (iii)						
Passivo circulante	44.888	(101)	23.825	(48.064)	101	20.649
Passivo não circulante	643.375	101	-	-	-	643.476
Total	688.263	-	23.825	(48.064)	101	664.125
TOTAL DE DEBÊNTURES	871.153	-	47.112	(52.613)	(13.724)	851.928
Passivo circulante	103.415	12.853	47.112	(52.613)	(13.724)	97.043
Passivo não circulante	767.738	(12.853)	-	-	-	754.885

- i. Em conformidade com a cláusula 4.6.3 da escritura das Debêntures Subordinadas, que estipula que a critério da Emissora, poderá ocorrer a dação em pagamento de parte ou da totalidade do saldo dos créditos autônomos cedidos. Em 30 de setembro de 2017 a Companhia terá opção de utilizar como moeda de pagamento da segunda emissão (Cláusulas 4.6.2, 4.6.3, 4.9 e 4.13.2), da Escritura da Segunda Emissão de Debêntures (Subordinadas) os parcelamentos constantes da Carteira de Direitos Creditórios classificados como “Rompidos”, cuja inadimplência supera noventa dias, de acordo com as informações prestadas pela SEF naquela data, ajustável mensalmente.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas, será de 10 anos, sendo que o vencimento final ocorrerá em 24 de julho de 2022, (cláusula 4.6.1), entretanto, poderá ser feita amortização

Notas Explicativas



extraordinária, estará condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da Debêntures Seniores.

A amortização extraordinária das Debêntures Subordinadas somente ocorrerá se efetivamente o valor disponível for superior ao valor dos juros devidos na data da amortização extraordinária (cláusula 4.9.1.2). Caso o valor disponível seja inferior ao valor dos juros devidos, este será integralmente utilizado para o pagamento parcial dos juros devidos e não haverá pagamento de amortização extraordinária (cláusula 4.9.1.3). Portanto, a Companhia, registra no passivo circulante, somente os juros incorridos até a data base do seu pagamento.

Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

- ii. Os custos operacionais para a captação dos recursos foram suportados pelas debêntures da terceira-emissão, por ter sido a única a ser ofertada no mercado primário, originando a totalidade dos recursos de caixa da operação.

Para a estimativa do Impacto dos Custos de transação no resultado do exercício e da Taxa Interna de Retorno (TIR), foram considerados os índices dos Depósitos Interbancários (DI)'s conhecidos até 31 de março de 2015 e repetindo-se o último para as datas subsequentes. A TIR foi calculada sobre o fluxo de caixa mensal estimado, transformada em equivalência ao ano.

Impacto dos Custos de Transação nas DRE's	
Debêntures	Debêntures 3ª Emissão
Taxa Interna de Retorno (TIR a.a.)	12,49%
2012	1.247
2013	2.861
2014	1.960
2015	1.366
2016	703
2017	158
Total	8.295

A escritura pública da terceira Emissão de Debêntures Seniores contém cláusulas restritivas ("covenants"), consistindo no Índice de Cobertura ("IC") e no Índice de Garantia Real ("IGR"), ambos apurados pelo Agente Fiduciário da terceira Emissão. O primeiro IC, é calculado mensalmente com base nos recebimentos dos Direitos de Créditos Autônomos cedidos e nas obrigações do período em análise, de modo que o seu resultado seja a cobertura das obrigações da terceira emissão de Debêntures (amortização e remuneração) pelos direitos de crédito em uma proporção equivalente ou superior a uma métrica de 1.8.

Já o segundo IGR, também calculado mensalmente, consiste no somatório de direitos de créditos autônomos em proporção ao somatório das obrigações, ambos vincendos até 30 de agosto de 2017, data da última parcela de amortização e remuneração da terceira Emissão, de forma que atenda o equivalente ou superior a 200%.

A Companhia acompanha o fluxo de realização, efetua o cálculo destes índices e, em 31 de março de 2015, foram amplamente atendidos:

3ª Emissão de Debêntures Simples		
Covenants - Índices de acompanhamento das garantias*		
Mês de Referência	IC	IGR
mar/15	2,42	321,00%

* Os índices IC e IGR são instrumentos do Agente Fiduciário da terceira emissão, sendo calculados por este com intuito de acompanhar o comportamento das garantias.

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

- iii. Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie com garantia real no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI + 3,4376% a.a. (spread). Estas debentures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição. Sua remuneração será paga semestralmente, sempre nos dias 10 de julho e 10 de janeiro de cada ano calendário, sendo o primeiro pagamento em 10 de julho de 2014 e o último na data do vencimento, já o primeiro pagamento a título de amortização do principal será em julho de 2016 e o último na data de seu vencimento.

Enquanto as debêntures da 4ª emissão estiverem ativas, caso se verifique a ocorrência de qualquer dos eventos previstos no artigo 1.425 do Código Civil ou de qualquer ato de constrição que venha a recair sobre os direitos relativos às ações ou sobre os direitos relativos às contas vinculadas à operação, as garantias prestadas deverão ser integralmente recompostas. Ademais, caso o Índice de Cobertura, em qualquer data de verificação, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o Índice de Cobertura no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o Índice de Cobertura seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia liberação do excesso de recursos até o Índice de Cobertura retornar ao patamar de 185%. Neste trimestre, houve necessidade de reforço voluntário de garantia, impedindo rompimento do Índice de Cobertura, conforme explicado na nota 10.a.1.

13 Obrigações por repasses

		Controladora		Consolidado	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a.	7.718	7.043	7.718	7.043
Recursos da venda de imóveis de terceiros	b.	413	69	413	69
Créditos cedidos a maior	6c.	2.160	2.160	2.160	2.160
Créditos de terceiros	c.	232	405	385	405
Outras obrigações		27	24	26	24
		10.550	9.701	10.702	9.701
Circulante		8.390	7.541	8.542	7.541
Não Circulante		2.160	2.160	2.160	2.160

- a. Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (veja nota 1), destinados à cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- b. Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contratos de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- c. Créditos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos a serem repassados ao EMG.

14 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia e sua subsidiária adotam a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício.

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Resultado antes dos impostos	(9.253)	17.317	(7.791)	20.493
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Receita de dividendos	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	165	(6.130)	3.021	-
Base de cálculo para IRPJ	(9.088)	11.187	(4.770)	20.493
Total Imposto de renda e contribuição social	-	(3.791)	(1.462)	(6.967)
Taxa efetiva	0,00%	33,89%	-30,65%	34,00%

14.1 - Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido refere-se aos ajustes de avaliação patrimonial dos investimentos mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Saldo bruto de ajustes de avaliação patrimonial	79.834	106.013	79.834	106.013
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(19.959)	(26.503)	(19.959)	(26.503)
Contribuição social (9%)	(7.185)	(9.540)	(7.185)	(9.540)
Passivo fiscal diferido	(27.144)	(36.044)	(27.144)	(36.044)

Saldo acumulado do Passivo Fiscal diferido

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2014	Movimentação	31/03/2015
Saldo	36.044	(8.900)	27.144

15 Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado juntos a SEF; (iii) dividendos da Cemig e Helibrás; (iv) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG.

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

	31/03/2015				31/12/2014			
	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total
Ativos								
Circulante:	29	-	12.209	12.238	120	-	-	120
Contas a receber de clientes e outros créditos	29	-	12.209	12.238	120	-	-	120
Passivos								
Circulante	32.625	-	-	32.625	287.022	-	-	287.022
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações por Repasse	8.389	-	-	8.389	19.444	-	-	19.444
Debêntures 2ª emissão	24.236	-	-	24.236	267.578	-	-	267.578
Não Circulante	49.143	-	-	49.143	511.749	-	-	511.749
Debêntures 2ª emissão	46.983	-	-	46.983	509.589	-	-	509.589
Obrigações por Repasse	2.160	-	-	2.160	2.160	-	-	2.160
31/03/2015								
	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total
Receitas	-	(3.021)	-	(3.021)	3.088	(825)	17.560	19.823
Serviços Prestados	-	-	-	-	3.088	-	-	3.088
Participações Acionárias	-	-	-	-	-	-	17.560	17.560
Equivalência Patrimonial	-	(3.021)	-	(3.021)	-	(825)	-	(825)

Adicionalmente, considerando que as transações da Companhia são realizadas predominantemente com partes relacionadas, seja através da prestação de serviços ao seu controlador (EMG), ou a manutenção de seus investimentos em empresas coligadas e controladas, os resultados das operações da Companhia poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos com partes não relacionadas.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem benefícios no curto nem no longo prazo ou remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Honorários	272	270
Diretoria	162	203
Conselho de Administração	110	67

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$3.000.000, conforme o Estatuto Social. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2014 e 31 de março de 2015, é de R\$ 2.544.816.

Com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

(CPCs), em especial o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, item 11, que menciona a definição de passivo financeiro e instrumento patrimonial, entende-se que nesta operação há obrigação de entrega de ativos financeiros (repasso para convênios e PPP) e que pela essência, deve ser registrada como passivo financeiro.

Assim previsto, a MGI reclassificou o capital após os aportes e reduções, efetuados pelo Estado de Minas Gerais no valor de R\$ 1.492.664, do Patrimônio Líquido, conta de “Capital Social” para o Passivo não circulante, conta de “Obrigações por Repasse”.

	Controladora e Consolidado
	31/12/2014 e 31/03/2015
Capital Social	2.544.816
Reclassificação obrigação por Repasse PPP	(407.040)
Reclassificação obrigação por Repasse Convênios	(1.085.624)
Capital Social apresentado - CPC 39	1.052.152

A Companhia poderá emitir ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado por deliberação do Conselho de Administração (CA). Aumentos do capital acima do capital autorizado são de competência de Assembleia Geral, mediante submissão das propostas de aumento de capital pelo Conselho de Administração. Tal procedimento também deverá ser adotado no caso de integralização em bens.

Nos aumentos de capital da Companhia, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício.

A quantidade total de ações ordinárias é de 575.928.712, sendo todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais que detém 99,96% das ações da sociedade. A Companhia possui também 35.860 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria correspondente a 0,01%, os 0,03% remanescentes, são detidos pelos acionistas, BDMG, 0,02% e a CEMIG 0,01%,

A composição do capital social em 31 de março de 2015 é a seguinte:

	31/12/2014 e 31/03/2015			
ACIONISTAS	Ações (1)	Capital Social (2)	Capital Social Integralizado (2)	%
Estado Minas Gerais	575.674.222	2.544.521	2.544.521	99,9558
BDMG	165.323	192	192	0,0287
CEMIG	53.307	62	62	0,0093
Ações em Tesouraria	35.860	41	41	0,0062
TOTAIS	575.928.712	2.544.816	2.544.816	100,0000

Obs: 1 - Quantidade de ações em unidade. 2 - Valores em milhares de reais.

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

c. Ações em tesouraria

Notas Explicativas

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

e. Juros sobre capital próprio

A Companhia tem como prática o cálculo mensal de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício. A distribuição de juros sobre capital próprio, a serem imputados ao valor dos dividendos obrigatórios do presente exercício, observa os limites previstos na Lei nº 9.249/95.

f. Lucros acumulados

Os lucros acumulados referem-se apenas ao lucro do período registrado no patrimônio líquido, e tem como contrapartida contas transitórias que serão encerradas quando da apuração do lucro do exercício.

g. Lucro líquido por ação básico

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Média da quantidade de ações no período (em milhares)	575.929	604.038	1.054.417	604.038
Resultado do período	(9.253)	13.526	(9.253)	13.526
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	(16,07)	22,39	(8,78)	22,39

17 Receita

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receitas de serviços	66	161	66	161
Receitas de recuperação de créditos	1.261	570	1.261	570
Receita de participação acionária b	11	101	11	101
Receitas de atualização de créditos a	30.751	31.728	30.751	31.728
Receitas de vendas de imóveis	-	-	220	-
Impostos sobre serviços (ISS)	(3)	(8)	(3)	(8)
PIS/COFINS	(112)	(112)	(132)	(112)
Receita	31.974	32.440	32.174	32.440

- a. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente de outros investimentos em títulos patrimoniais, abaixo discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Copasa	3	44	3	44
Gerdau Açominas S.A.	7	47	7	47
Outras	1	10	1	10
	11	101	11	101

Notas Explicativas**18 Custos**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal	851	884	851	884
Obrigações por repasse	675	164	675	164
Serviços terceiros	125	135	125	135
Despesas judiciais	42	22	42	22
Juros sobre Debêntures	a 47.111	36.166	47.111	36.166
Amortização de custos de transação	560	582	560	582
Custos dos Imóveis Vendidos	-	-	364	-
Demais custos	24	50	24	50
	49.388	38.003	49.752	38.003

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão), Debêntures Seniores (3ª Emissão) e Debêntures de 4ª Emissão.

19 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receitas Financeiras				
Receitas aplicações financeiras	8.758	17.160	13.475	26.638
Receitas com títulos e valores mobiliários	513	648	513	654
Receitas de atualização de créditos	709	133	748	141
	9.980	17.941	14.736	27.433
Despesas Financeiras				
IOF	(99)	(444)	(99)	(444)
Outras despesas	-	-	-	-
	(99)	(444)	(99)	(444)
Resultado Financeiro Líquido	9.881	17.497	14.637	26.989

20 Convênios

Em 08 de outubro de 2013, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, autorização para promover aumento do capital social, no montante de R\$864.980, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com o Banco do Brasil, nos montantes de R\$ 730.677 e R\$134.303, respectivamente. Em 05 de junho de 2014, o EMG integralizou com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 53.761.

Em 01 de julho e 30 de setembro de 2014, o acionista EMG, integralizou R\$ 154.321 e R\$ 12.562, respectivamente, sendo R\$ 25.683, com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas pelo EMG junto ao Banco do Brasil, e o restante R\$ 141.200, refere-se as operações de crédito junto ao BNDES, totalizando o valor de repasse em R\$ 1.085.624, cujo objetivo desses aportes é promover, por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Do valor mencionado, o Estado de Minas Gerais, até 31 de março de 2015, pagou R\$ 1.006.230, em 2014, e foram repassados aos municípios em parceria com as Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Neste trimestre, não houveram repasses, porém, recebemos dos municípios convenientes o montante de R\$ 934 a título de prestação de contas de convênios já encerrados, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

Convênios	Controladora e Consolidado		
	31/12/2014	movimentação	31/03/2015
	saldo inicial		saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	17.957	(3)	17.954
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG– SEDVAN	1.925	0	1.925
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana – SEDRU	87.367	(55)	87.312
Sec. Est. Defesa Social – SEDS	10.131	0	10.131
Sec. Est. Turismo de MG– SETUR	14.733	(264)	14.469
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG– SETOP	837.940	(294)	837.646
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	35.996	(318)	35.678
Sec. Est. Governo - SEGOV	181	0	181
	1.006.230	(934)	1.005.296

A Companhia reclassificou o aporte recebido do acionista controlador EMG do Patrimônio Líquido para Passivo não circulante, pois os recursos originados desta transação são exclusivos para repasses aos conveniados, tratando-se, portanto, de obrigação da Companhia, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos nessa informação intermediária, conforme apresentado abaixo:

Notas Explicativas



21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações trimestrais.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

As projeções de performance dos Direitos de Créditos Autônomos indicam conforto nos resultados financeiros frente às obrigações na segunda e terceira emissões de debêntures. Em 30 de setembro de 2014 decorreu-se vinte e sete meses de desempenho deste fluxo, o que, na amplitude de dez anos, é um hiato pequeno para expressar os ajustes da curva projetada. Todavia a análise de risco da inadimplência compõe as premissas adotadas na projeção do fluxo para o cálculo do valor justo da operação, o que capta um nível de inadimplência esperado o qual ainda poderá ser adotado como moeda de pagamento das debêntures subordinadas.

Em relação às debentures de 4ª emissão, na eventualidade de ocorrerem mudanças nas condições do mercado financeiro, de *commodities* e/ou de capitais, nacional ou internacional, que afetem ou, possa afetar as atividades da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

Notas Explicativas**d. Exposição a riscos de crédito**

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das informações trimestrais foi:

	nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.387	65.254	45.387	65.254
Contas a receber de clientes e outros créditos (curto e longo prazo) (i)	6	824.003	834.663	819.054	829.715
Títulos e valores mobiliários (curto e no longo prazo)	5	206.929	205.078	246.305	239.482
Total		1.076.319	1.104.995	1.110.746	1.134.451

- (i) Os Créditos vinculados aos direitos econômicos relativos às ações alienadas fiduciariamente dos proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, rendimentos), e pela cessão fiduciária da conta vinculada, na qual a totalidade dos proventos inerentes ao objeto do contrato de garantia depositado representam a exposição máxima do risco de crédito.

e. Perdas por redução no valor recuperável**Contas a receber de clientes e outros créditos**

Estes ativos estão representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrentes de investimentos em coligada e outros investimentos em títulos patrimoniais e valores a receber do EMG decorrentes da prestação de serviços, os quais, em função de sua natureza e histórico não apresentam riscos que justifiquem qualquer tipo de redução no valor recuperável.

Direitos de Créditos Autônomos foram ajustados em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 24 de julho de 2012 e dos resultados da análise do fluxo cedido sob um estresse do rompimento dos créditos e da volatilidade deste estresse, e contempla o reconhecimento inicial pelo valor justo conforme premissas definidas na nota 21.n.

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização (veja nota 6.d).

Títulos e valores mobiliários

No histórico de recebimentos, não há indícios que justifiquem qualquer tipo de provisão para perdas no valor recuperável, pois todos os fluxos de recebimentos têm sido cumpridos pontualmente.

A Companhia e sua subsidiária têm por objetivos manter os títulos e valores mobiliários até o vencimento.

f. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e de suas controladas de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o

Notas Explicativas



máximo possível, que a Companhia e suas controladas sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Passivo financeiro não derivativo					
Fornecedores e outras contas a pagar		405	297	405	297
Obrigações por repasse	13	10.550	21.604	10.550	21.604
Debêntures Subordinadas	12	71.219	777.167	71.219	777.167
Debêntures Seniores	12	116.584	228.441	116.584	228.441
Debêntures 4ª Emissão	12	664.125	-	664.125	-
Total		862.883	1.027.509	862.883	1.027.509

Não é esperado que fluxos de caixa, já inclusos nas análises de maturidade, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A amortização das Debêntures da 3ª Emissão respeitou o período de carência para a composição dos saldos mínimos das contas de garantia em nível suficiente para cobertura de seis parcelas vincendas, sendo a amortização em percentuais decrescentes e aplicáveis ao Preço Unitário (PU) inicial, R\$ 10, com o primeiro percentual em 2,92% e o último para 1,09%, conforme respectiva escritura de emissão.

Quanto à amortização das Debêntures da segunda emissão, estará condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da terceira emissão.

Já a amortização dos juros das Debentures da 4ª Emissão, será paga semestralmente, sempre nos dias 10 de julho e 10 de janeiro de cada ano calendário, sendo o primeiro pagamento em 10 de julho de 2014 e o último na data do vencimento, já o primeiro pagamento a título de amortização do principal será em julho de 2016 e o último na data de seu vencimento.

g. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

No que tange a riscos de mercado, a Companhia está exposta indiretamente a mercados distintos em decorrência de suas participações acionárias e consequentemente dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

h. Risco cambial

A Companhia e suas controladas não possuem riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

Notas Explicativas**i. Risco de taxa de juros**

A Companhia e suas controladas adotam política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras	97.474	129.787
Aplicações financeiras vinculadas	186.104	165.630
Total de direitos creditórios (a)	806.751	817.433
Debêntures	(851.928)	(871.153)
Saldo líquido de exposição	238.401	241.697
Indexador IGP-M		
Títulos e valores mobiliários	8.105	9.312

(a) - Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDI's e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o "Total de direitos creditórios" nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

- Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia e suas controladas.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBOVESPA. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela BM&FBOVESPA em 31 de março de 2015, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

		(reduções em milhares de reais)		
	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Redução do CDI	-	(7.599)	(15.198)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.)*	12,75	9,56	6,38

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

Notas Explicativas



Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem de uma posição da carteira em 30 de setembro de 2014, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia e suas controladas.

j. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia e suas controladas não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

k. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em instrumentos patrimoniais da Cemig e Copasa que, por estarem listados na Bolsa de Valores de São Paulo, estão classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,28% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de março de 2015, enquanto que para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,001%.

l. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

m. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de suas controladas.

O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;

Notas Explicativas



- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;

n. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2015		31/12/2014		31/03/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo						
Mantidos até o vencimento	206.929	206.929	205.078	205.078	246.305	246.305	145.644	145.644
Títulos e valores mobiliários	206.929	206.929	205.078	205.078	246.305	246.305	239.482	239.482
Empréstimos e recebíveis	1.686.885	1.520.833	1.715.778	1.571.633	1.682.089	1.516.037	1.910.732	1.865.276
Contas a receber de clientes (exceto direito de créditos)	17.252	17.252	17.230	17.230	12.303	12.303	12.282	12.282
Direitos de Créditos Autônomos	806.751	640.699	817.433	673.288	806.751	640.699	817.433	673.288
Fornecedores	405	405	261	261	405	405	261	261
Obrigações por repasse	10.549	10.549	9.701	9.701	10.702	10.702	9.701	9.701
Debêntures	851.928	851.928	871.153	871.153	851.928	851.928	871.153	871.153

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Empréstimos, recebíveis e outros créditos** – Empréstimos, recebíveis e outros créditos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Obrigação por repasse** - As obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

o. Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$ 1.086.443.

Notas Explicativas



O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.
- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em detrimento das características e perfil de risco associadas à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros descontados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 24 de julho de 2012, apurando-se o impacto no reconhecimento inicial no período de 1 ano. Foi feita uma avaliação para a mensuração do valor justo, se a troca de um ou mais *inputs* por alternativas razoavelmente possíveis mudasse o valor justo significativamente conforme segue:

	<u>Reconhecimento inicial</u>
24 de julho de 2012	
Taxa de desconto 3,92%	1.086.443
Taxa de desconto (25%) 4,90%	1.059.411
Taxa de desconto (50%) 5,88%	1.033.742

Premissas adotadas na análise de sensibilidade:

A inadimplência histórica é refletida no fluxo e sendo este um dos componentes da avaliação da taxa de desconto. Para a avaliação de impacto para a variável não observada, foi construída uma taxa esperada para retorno de mercado. Na simulação foi considerado um fator de inadimplência que responde por até 3,57% (BNDES), desta forma existiria um range de 10,92% - 14,88% dentro do retorno aplicado no modelo.

Notas Explicativas



p. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

	Saldo em 31/03/2015	Valor justo em 31 de março de 2015		
		Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo - Título patrimonial (Nível 3)
Ativos financeiros disponíveis para venda – Cemig e Copasa nota 10.a	1.010.293	1.010.293	-	-
Demais investimentos nota 10.b	9.934	-	-	9.934

A nota explicativa 10.a apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços e Gerdau América do Sul Participações não são empresas listadas em bolsa de valores e consequentemente o preço de mercado de sua ação não está disponível. O preço de mercado de suas ações não está disponível. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois seu valor justo não pode ser prontamente determinado de forma confiável.

22 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2015, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Notas Explicativas

Natureza do Seguro	Controladora e Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Veículos	137	271
Comercial	806	806
Responsabilidade Civil	1.100	-
TOTAL	2.043	1.077

23 Evento Subsequente

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes até a data da aprovação das informações contábeis intermediárias pela Diretoria da Companhia.

Conselho de Administração

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - Presidente

Fernando Viana Cabral - Vice-presidente

Antônio Carlos Ramos Pereira - Membro

Otílio Prado - Membro

Daniel França de Freitas - Membro

Mariah Brochado Ferreira - Membro

Diretoria Executiva

Mário Assad Júnior – Diretor Presidente

Paulo Roberto de Araújo – Diretor Vice-Presidente

Leandro Ramon Campos Gusmão – Diretor Administrativo

Walmir Pinheiro de Faria – Diretor de Relações com Investidores

Carlos Gomes Sampaio de Freitas – Diretor de Suporte ao Desenvolvimento Estadual

Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes
CRC/MG 68.072/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

MGI – Minas Gerais Participações S.A.

Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015 que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2015, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 21 (o) às informações intermediárias que descreve que o reconhecimento e mensuração inicial dos Direitos de Créditos Autônomos no valor de R\$1.086.443 mil em 24 de julho de 2012 foram efetuados considerando o valor justo estimado de acordo com os critérios descritos e conforme requerido pelo CPC 38 – Reconhecimento e mensuração e CPC 46- Mensuração do valor justo. O valor justo estimado poderia ser diferente caso existisse um mercado de negociação ativo para tais instrumentos financeiros. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração da composição do capital